

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS: O PROGRAMA PACTO/PNAIC NO MUNICÍPIO DE GANDU-BA

Fernanda Santos Brasil de Miranda

Especialização em Psicologia Educacional, (UNIME) - Brasil;
Grupo Escolar Duque de Caxias – Brasil. E-mail:
nandabrasil22@outlook.com

Roziane Aguiar dos Santos

Mestra em Educação – Formação de Professores, UESC –
Brasil; Grupo de pesquisa Políticas Públicas e Gestão na
Educação. E-mail: roziaguiar@hotmail.com

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a estrutura do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PACTO/PNAIC) no município de Gandu, referente ao ano de 2017. A breve discussão sobre o programa no município, refere-se à formação de professores alfabetizadores e sua contribuição na melhoria do ensino nas turmas do 1º ao 3º ano do ensino fundamental anos iniciais. A pesquisa é de natureza qualitativa, para comprovação de dados buscou-se analisar um relatório (arquivo municipal) do ano de 2017. Contudo, percebemos que desde a implantação do programa PACTO/PNAIC houve avanços significativos no que diz respeito ao processo de alfabetização e letramento, como também melhorias na qualidade do ensino, um maior empenho por parte dos coordenadores, gestores e professores na oferta de uma educação de melhor qualidade.

Palavras chave: Alfabetização. Formação docente. Programas educacionais.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade em preparar melhor os educadores tem sido estratégias fundamentais nos programas do governo. Assim, buscando compreender melhor esses programas governamentais voltados a formação continuada este estudo consiste em realizar uma breve discussão sobre a estrutura do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – (PACTO/PNAIC) no município de Gandu-Bahia. Programa do governo federal em articulações com os governos estaduais e municipais, que tem por objetivo propor formações

aos professores alfabetizadores e disponibilizar materiais didáticos para melhoria da educação pública no que se refere aos alunos de 1º ao 3º ano do ensino fundamental - anos iniciais.

A partir de estágios obrigatórios supervisionados nos anos iniciais do ensino fundamental e de coordenação realizados no município de Gandu surgiu à curiosidade em entender como funcionava a estrutura do programa (PACTO/PNAIC). Programa esse que se caracteriza em preparar melhor os educadores alfabetizadores nos aspectos de política nacional, articulando experiências e integrando saberes do cotidiano escolar, com objetivos de preparar os educadores para o exercício da docência. Segundo Nunes (2001), as políticas de formação de professores começaram a surgir entre as décadas de 1990, com enfoque de busca por novos paradigmas para compreender a prática pedagógica relativa aos conteúdos a serem aprendidos e ensinados no contexto escolar.

O Pacto enquanto programa de políticas de formação de professores surgiu em articulações com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação e o Ministério da Educação (MEC) para reafirmar e ampliar o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar as crianças até, no máximo oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Para isso, fica determinado o apoio dos estados aos municípios que tenham aderido às ações do pacto sejam elas em escolas públicas urbanas ou rurais (BRASIL, 2012).

Sabe-se que a educação nos anos iniciais é a base, alunos alfabetizados na idade certa, terão a possibilidade de dar seguimento aos estudos com qualidade e habilidades necessárias as próximas etapas. Com isso, o presente trabalho pretende analisar quais contribuições o programa de formação continuada Pacto pela Alfabetização na Idade Certa vem apresentando ao município de Gandu – BA no que se refere a qualidade do trabalho docente?

Existem atualmente algumas políticas de formação continuada de professores em nível de especialização e extensão e pesquisas em muitas universidades e faculdades brasileiras, mas é algo distante da realidade de muitos municípios brasileiros, portanto, faz-se necessário programas de políticas de formação de professores que aconteçam mais perto das realidades dos municípios, onde possa perceber mais claramente os impactos desses programas na vida do professor, aluno e conseqüentemente na melhoria da educação.

Ressaltando a relevância desses programas, o trabalho tem como objetivo geral analisar as contribuições do programa PACTO/PNAIC no trabalho docente, no município de Gandu - Bahia.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de análise documental, a partir de coletas de dados fornecidos pela secretaria de educação do município de Gandu, relatórios (arquivos municipais), referente a organização, estruturação e conclusão do programa no ano de 2017. Para assim, tecer possíveis discussões em relação a estruturação do programa no município de Gandu - Bahia.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES/ FORMAÇÃO CONTINUADA

O processo de formação de professores no Brasil “começa a surgir em meados do século XX com o processo de expansão da escolarização básica no país, com o crescimento em termos de rede pública de ensino em meados dos anos 70 e início dos anos 80”. (GATTI, 2009). Por muitos anos o acesso às escolas no Brasil estavam voltadas às elites apesar do crescente número da população brasileira, reafirmando os grandes discursos dos educadores críticos da época voltadas para o grande contingente de pessoas analfabetas e semianalfabetas. Esses altos índices de analfabetos no país impossibilitavam as pessoas de exercerem sua cidadania, e manter uma efetiva participação social e no mercado de trabalho.

Por muito tempo as escolas normais se preocupavam mais com as questões civilizatórias do professor, sua postura cívica, suas vestimentas, postura e conduta moral perante a sociedade eram questões obrigatórias e essenciais a quem pretendia ocupar uma cadeira nas instituições educacionais, fato comprovador que tais instituições educacionais estavam mais preocupadas em educar a sociedade em seus aspectos religiosos e morais ao viés da conjuntura político-social e cultural da época.

Foi a partir dos anos de 1970, diante de mudanças no rumo educacional a exigência de prédios próprios para a instalação de escolas e a definição da Escola Normal como o *'locus'* mais adequado para formar professores mais qualificados (AZEVEDO, 1953), “porque não se podia admitir professores improvisados e desqualificados” (MARTINS, 2009).

Por meio do decreto nº 8.025 de 16 de março de 1881 (BRASIL, 1881), ficou estabelecido uma maior preocupação com a formação de professores, visto que, a exigência de alguns cursos era de um professor com formação específica. Além da idoneidade moral, a formação científica passa a ser marca numa proposta de ensino público e gratuito da escola Normal do Município do Rio de Janeiro.

Para Cunha, (2003 *apud* PIMENTA, 2005) a formação continuada é conhecida como: “Iniciativas de formação no período que acompanham o tempo profissional dos sujeitos.

Apresenta formato e duração diferenciados”. Assim, “A formação continuada de professores deve considerar a prática social como ponto de partida e chegada, possibilitando novas ressignificação dos saberes” (PIMENTA, 2005). Os saberes sociais, pedagógicos são de extrema importância para colaborar com a prática diária em sala de aula. O programa Pacto surge nessa mesma perspectiva metodológica alfabetizar na perspectiva do letramento, “ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado” Soares, (2003 *apud* RODRIGUES, 2015).

Segundo (ARANDA, 2018), na história da política educacional brasileira a preocupação nacional voltada à alfabetização da criança alcançou um nível de pactuação historicamente constituída em 2012, consoante à portaria nº 867, de 04 de julho de 2012 (BRASIL, 2012), que instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

O PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal e solidário assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, desde 2012, para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (PNAIC\2017).

O programa tem como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico do professor, proporcionando formação para melhor atender as crianças em idade escolar, buscando atender à meta 5 do plano nacional de educação que diz respeito a alfabetização das crianças até oito anos de idade. O pacto é um compromisso já firmado entre governo federal, governos estaduais e do Distrito Federal e prefeituras para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade ao fim do terceiro ano do ensino fundamental. Para tanto, surge com a proposta de formação aos professores que estão trabalhando com alfabetização do 1º ao 3º ano do ensino fundamental sejam em escolas urbanas ou rurais.

O curso de investimentos na formação de professores na sociedade contemporânea, torna-se mais necessário, seu processo mediador e constitutivo na cidadania dos alunos, contribui na superação do fracasso e das desigualdades escolares (PIMENTA, 1997). Ou seja, investir em programas de formações de professores numa perspectiva social, política e pedagógica, significa contribuir na superação das desigualdades sociais de maneira a ofertar um ensino de qualidade. A partir dos investimentos em cursos de formação continuada, principalmente quando a mesma é realizada no próprio município, pode-se perceber seu

potencial que geram modificações significativas da realidade educacional. Quando bem preparados e em condições favoráveis de trabalho a tendência é contribuir para a melhoria da educação, diminuindo as desigualdades educacionais.

Para Gatti (2009), a ideia de formação continuada como desenvolvimento profissional é a base para dois modelos aceitos na literatura educacional: reflexão sobre a prática e formação centrada no fortalecimento institucional. Esses dois processos quando valorizados nos cursos de formação de professores fortalecem o compromisso da escola enquanto instituição de grande responsabilidade social e desafiadora na atual conjuntura da sociedade.

2.1. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

É na instituição escolar que a criança dará seus primeiros passos no exercício da cidadania, como também no desenvolvimento da leitura e escrita. Para Soares (2004 *apud* ALMEIDA e FARAGO, 2014), a alfabetização é “[...] a ação de ensinar e aprender a ler e a escrever”, ao tempo que letramento “[...] é estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”.

Alfabetizar na perspectiva do letramento, configurando “ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”, Soares (2003 *apud* RODRIGUES, 2015). Nesse aspecto percebe-se que o papel da escola enquanto instituição educacional e social é proporcionar o aprendiz o uso da leitura e escrita, colocando-o em condições diversas de aprendizado, imersos em um ambiente letrado, com diversos materiais de leitura tais como: revistas, livros, jornais afim de que a escolarização de fato aconteça na idade escolar, sem distorção de série-idade.

O processo de alfabetização e letramento é uma porta de inclusão a sociedade e a garantia do seu direito de aprendizado. Para (RODRIGUES, 2015), [...] “É alfabetizando-se e letrando-se num contexto rico e mudado de material escrito, ou seja, com a utilização de diversos portadores de textos dos mais múltiplos gêneros textuais, que os alunos aprendem a ler e escrever com melhor qualidade” [...].

A aquisição da leitura e escrita está direcionada ao processo alfabetizador dos sujeitos, por isso, a escola é um espaço que possibilita o aluno a chegar ao pleno reconhecimento da escrita e leitura das palavras e do mundo, de modo, a ser considerado um cidadão letrado. A

concepção de alfabetização mudou um indivíduo alfabetizado não necessariamente é o que sabe ler e escrever, tradicionalmente a ênfase estava no código, mas segundo Tfouni, (1995 *apud* ALMEIDA e FARAGO 2004), “o letramento focaliza os aspectos sócio históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”. Ou seja, vai muito além da alfabetização, proporciona aos sujeitos uma leitura crítica do mundo.

Os fatores responsáveis pela qualidade ou fracasso no processo de alfabetização são vários, podendo destacar alguns: paradigmas curriculares e metodológicos, adequação ou inadequação do equipamento escolar e do material didático, competência e incompetência do professor alfabetizado, tempo de aprendizagem dos alunos, dentre outros. “O pressuposto que de fato precisa está esclarecido é o que as crianças devem conhecer e aprender, que habilidades devem adquirir para que sejam consideradas alfabetizadas”. (SOARES, 2011)

Tais diálogos a respeito da qualidade ou má qualidade do processo alfabetizador das crianças em idade escolar traz uma reflexão a respeito da importância de se avaliar a partir das propriedades, dos atributos e das condições que determinam a natureza dessa qualidade da alfabetização.

Para tanto, essas questões não há uma única resposta (SOARES, 2011) escreve:

[...] “Isso constitui um outro problema para uma caracterização da qualidade da alfabetização que a distinga da qualidade do alfabetismo: é que as propriedades, os atributos, as condições que constituem a qualidade da alfabetização ou do alfabetismo dependem do contexto histórico, social, econômico, político, cultural, educativo em que essas práticas ocorrem” [...].

Refletindo tal citação percebe-se a necessidade de criar discussão sobre que perspectiva as escolas estão seguindo em busca de ofertar uma educação de qualidade as crianças, respeitando a sua posição social, seus aspectos históricos, econômicos e políticos. A dinâmica de seguir critérios que beneficia uns e penaliza outros no que se refere ao processo alfabetizador acaba resultando em exclusão, evasão e repetência de certos grupos sociais.

O processo de alfabetização e letramento é uma porta de inclusão a sociedade e a garantia do seu direito de aprendizado. Para Rodrigues (2015), “é alfabetizando-se e letrando-se num contexto rico e mudado de material escrito, que os alunos aprendem a ler e escrever com melhor qualidade”.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi classificada quanto à abordagem, pesquisa qualitativa, centrando as discussões, compreensão e análise do estudo no campo da educação.

Para (GERHARDT e SILVEIRA, 2009) os métodos qualitativos:

“buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados não são simétricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”.

Percebe-se com a utilização dessa abordagem que o pesquisador assume uma posição dinâmica em relação a compreensão dos fatos, interpretando e atribuindo significados que são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não necessitando de métodos técnicos e nem estatísticos, pois o ambiente natural será a fonte utilizada como coleta de dados do pesquisador.

A pesquisa possui um caráter exploratório, tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Segundo Selltiz *et al* (1965) *apud* Oliveira (2011), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado.

Para a efetivação da pesquisa bibliográfica, foi utilizado como coleta de dados um relatório anual (arquivo municipal) ano 2017 sobre o andamento do PACTO/PNAIC no município de Gandu/Bahia, este por sua vez serviu de análise par os dados e também para discussão da estruturação e caracterização do programa no ano de 2017, analisando a implementação e possíveis contribuições com o andamento da alfabetização e qualidade do ensino no município.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS E RESULTADOS

O pacto programa de formação continuada do governo federal, denominado Pacto/Pnaic foi implementado no município em 2011. Em 2013, o município aderiu ao Pnaic – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, conforme Portaria MEC nº 867, de 4 de 2012, alterada pela Portaria 153 de 22 de março de 2016. Na atual conjuntura o município

consta com um Núcleo Municipal de Alfabetização e Letramento – Nalfa¹ que foi criado para cuidar da efetividade e acompanhar todas as ações do programa pacto no município. O núcleo é uma instância da secretaria municipal de educação que se constitui no espaço de estudos e de mobilização em torno da política de alfabetização. O Núcleo Municipal de Alfabetização de letramento – Nalfa tem por objetivos realizar estudos, propor e reger no contexto da prática, políticas contínuas de alfabetização em consonância com o plano municipal de educação, a fim de contribuir para a efetividade da política de alfabetização na rede municipal de ensino. Com o compromisso de alcançar a meta 5 do plano municipal de educação. (Arquivo Municipal DE GANDU, 2017).

A meta 05, presente no plano Nacional de Educação – PNE vem afirmar o compromisso em: “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. Para isso, uma de suas estratégias tem sido a qualificação e valorização dos professores alfabetizadores, com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. No aspecto de formação a nível estadual e municipal o Pacto se apresenta em estrutura e ações apoiando-se em quatro eixos de atuação:

1. Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
2. Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
3. Avaliações sistemáticas;
4. Gestão, mobilização e controle social. (BRASIL, 2012)

Percebe-se na estrutura das ações do Pacto uma formação de professores encadeada em discussões de práticas pedagógicas, reflexões e avaliações que se interligam, de modo, a preparar melhor os professores alfabetizadores, formação esta necessária para melhoria do ensino, superação do fracasso e desigualdades escolares.

Vê-se uma estrutura encadeada por ações de formação que se interligam como observado não só na estrutura do pacto, mas nas suas diretrizes delineadas na Portaria 867, de 4 de julho de 2012, que o institui resumidamente para ações de formação que devem ser

¹Nalfa: Núcleo de Alfabetização de Letramento. Foi institucionalizado com a publicação da Portaria 0298/2017 de 03 de julho de 2017 a fim de contribuir para a efetividade da política de alfabetização na rede municipal de ensino.

interligadas em parcerias com diversos órgãos federativos (União, Estados e Municípios), além de instituições de ensino superior, estruturando políticas de formação de professores voltadas para eixos de formação e busca pela garantia do direito de aprender da criança (BRASIL, 2012).

Em 2017, segundo informações cedidas pelo relatório municipal, o Pacto movimentou-se, nos espaços urbano e rural, com um quadro de formadores composto por um coordenador local, um coordenador pedagógico, mediando formação para dezessete coordenadores escolares, vinte e nove professores do ciclo de alfabetização (regular) e vinte e quatro das classes multisseriadas, com fins na melhoria da aprendizagem de oitocentos e trinta alunos (das escolas urbanas) e trezentos e sessenta e um (das escolas rurais). O quadro abaixo demonstra o nível de abrangência do programa:

Quadro 1 – O Pacto\PNAIC no município de Gandu (Total de alunos atendidos pelo programa do 1º ao 3º ano)

QUANTIDADE DE ESCOLAS		QUANTIDADE DE ALUNOS			QUANTIDADE DE PROFESSORES ALFABETIZADORES				QUANTIDADE DE OUTROS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS			
URBANAS	RURAS	1º ANO	2º ANO	3º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	MULTI	CL	CP	Coordenadores Escolares	Gestores e técnicos
13	21	373	400	418	12	14	13	24	01	01	18	35
TOTAL DE ESCOLAS		TOTAL DE ALUNOS			TOTAL DE PROFESSORES ALFABETIZADORES				TOTAL DE OUTROS PROFISSIONAIS			
33		1.191			51				55			

Fonte: Arquivo Municipal (RELATÓRIO ANUAL DE GANDU, 2017)

Nesse processo formativo, o educador e coordenador pedagógico retroalimentam saberes e fazeres referentes ao ciclo de alfabetização, como implementar seu currículo e peculiaridades do processo avaliativo, fortalecendo a cultura do diagnóstico e da intervenção nesse cenário educacional. Além de contribuir no acompanhamento das ações pedagógicas no que se refere: Orientação para que os docentes façam um levantamento dos níveis de escrita

dos educandos das turmas visitadas, indicativos para a gestão do tempo, do espaço e da aprendizagem no ciclo de alfabetização, encaminhamentos para análise dos diagnósticos e provimento de atividades de intervenção com fins na avaliação diagnóstica, formativa e processual no ciclo de alfabetização e implantando uma cultura de registros sobre o desenvolvimento dos alunos.

Entre outras ações do programa podemos citar o papel dos formadores em manter um diálogo com as gestoras escolares para fortalecimento e parceria, além de diálogo com os docentes do ciclo de alfabetização, fortalecendo assim o planejamento com as atividades de intervenção e diagnóstico da sala, segundo o relatório municipal, (2017).

O processo de formação perpassa por análise e discussões sobre a epistemologia da prática, o que se refere a ação-reflexão-ação. O momento de ação do professor relaciona a sua prática o saber fazer em sala de aula. Quando o professor é colocado em situações de aprendiz, os cursos formativos possibilitam uma reflexão sobre sua prática e diante de novos arcabouços de conhecimento com certeza o saber “fazer” irá contribuir na melhoria da sua prática. Como assinala Schön, consiste em pensar “sobre o que se está fazendo, enquanto se está fazendo” (1983, p.26).

4.1. CONTRIBUIÇÕES DO PACTO

O Pacto tem fortalecido as formações dos professores alfabetizadores, em conjunto com intervenção dos atores (coordenador local, coordenador pedagógico), na garantia da alfabetização de qualidade dos educandos de até 08 anos. A garantia de uma educação de qualidade perpassa por uma proposta de ensino bem elaborada, além da responsabilidade de todos os atores envolvidos nesse processo, (professor, coordenador, gestor, Secretaria da Educação, CME, Nalfa).

Desde que o programa foi aderido pelo município, percebeu-se um crescimento significativo em relação ao número de professores, coordenadores e alunos atendido, caracterizando uma grande mobilização para efetivar a política de alfabetização e letramento no município de Gandu.

Diante de alguns avanços significativos e de sucessos, os coordenadores enumeram alguns desafios a serem alcançados no futuro dentre eles:

- Contemplar 100% dos professores da rede municipal a participarem da formação pedagógica; com possíveis incentivos;
- Estabelecer um diálogo quanto às competências e habilidades a serem trabalhadas e respectivamente avaliadas;
- Dispor de um transporte para acompanhamento das escolas do campo;
- Apoio das orientadoras de estudo as coordenadoras pedagógicas, considerando a necessidade de se construir a elaboração de sequências didáticas;
- Ampliar e acompanhar a ação docente nas salas de aula do 1º ao 5º ano;
- Fortalecer a parceria entre escola e comunidade;
- Aumentar o número de coordenadores pedagógicos para acompanhar todas as escolas e turmas (até mesmo as que têm menor desempenho no ciclo de alfabetização); somado a isso, o coordenador local do Pacto no município dispõe de 20 horas para atuar no programa.
- Fortalecer ações que atendam de maneira competente alunos com necessidades especiais;

Tais projeções do Pacto no município de Gandu, para anos futuros reforça que as propostas formativas vêm caminhando a passos de sucesso e melhoria da educação básica no município. Provas disso é a evolução do IDEB no município - 4.7 em 2015 e aumento do fluxo escolar no ciclo de alfabetização, são as ações que vem sendo desenvolvida com a implantação do programa desde 2011, além de acompanhamento pedagógico ao docente, encontros de formações, apoio a organização da reserva da carga horária (1/3 fora da sala de aula) de modo que os professores participem das ações formativas em seus horários de atividades docentes dentre outros.

Entender todas as ações do Pacto/PNAIC no município de Gandu e no estado da Bahia não daria conta em um período curto de estudo, contudo foi sinalizado o grande e importante papel social e pedagógico que as políticas públicas de formação de professores podem proporcionar ao andamento do ensino.

Entender os programas de políticas de formação no Brasil requer um período longo de estudos e leituras, para tanto, no âmbito desse trabalho foram apontados alguns itens que caracterizam o andamento do pacto a nível municipal em especial no ano de 2017. Nesse cenário foi possível assegurar a qualidade e responsabilidade da gestão municipal e todos os

seus envolvidos com a efetivação do programa, como também possíveis resultados de sucesso no que se refere à qualidade da alfabetização na idade certa.

Dessa forma, entendemos que o papel da instituição escolar é proporcionar aos sujeitos o uso da leitura e escrita, envolvendo-os em práticas de leituras e escrita, dando condições com disponibilidade de material didático de leitura, ou imersos em um ambiente letrado, com acesso aos livros, revistas e jornais. Fruto disso são os meios utilizados pelo município para potencializar o acompanhamento do educando fora do contexto escolar, investindo nas atividades de leitura e escrita, principalmente, com as atividades do Projeto Institucional de Leitura “Na Vibe do Mundo Multi - Letrado”. (ARQUIVO MUNICIPAL, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com base na análise do relatório municipal de 2017 da cidade de Gandu que o programa vem caminhando a passos de sucesso por conta da responsabilidade do gestor municipal implantar o programa no município, zelando para que os recursos financeiros e didáticos destinados ao programa fossem bem administrados, além do envolvimento dos (professores, gestores, coordenadores), que juntos discutem a realidade pedagógica do professor, buscando propostas de aprendizado e ações que valorizem a aprendizagem do aluno, proporcionando condições para que a equipe de professores tanto do ciclo de alfabetização quanto os demais do 4º e 5º ano estivesse todos envolvidos no processo de aprendizes.

O relatório analisado reforça que os pontos positivos alcançados só foram possíveis devidos o sucesso dos encontros de formação de orientadores de estudos quanto na formação desenvolvida com os professores no município, além do reforço pedagógico em alimentar os saberes e fazeres referente ao ciclo de alfabetização, respeitando o tempo e o espaço de aprendizagem do aluno. Avanços no acompanhamento dos planejamentos coletivos, maior ênfase as atividades de leitura e escrita, além do crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, 2015, alcançando a nota de 4.7 em 2015, onde a meta para o município seria de 4.4 (ARQUIVO MUNICIPAL, 2017).

A especificidade do programa pacto/PNAIC ainda mantém seus pilares em ações voltadas a formação de professores alfabetizadores, assim como também garantir o direito da

criança aprender e/ou ser alfabetizada na idade certa. Com isso, percebe-se a importância de programas que priorizem o desenvolvimento e qualidade da educação básica no que se refere uma alfabetização pautada em princípios de “garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos”. (PNAIC, 2017).

Quanto aos pontos negativos percebeu-se em relatórios municipal que o número de coordenadores pedagógicos dificulta o processo de acompanhamento das ações pedagógicas, pois o coordenador local do pacto no município dispõe apenas de uma carga horária de 20 horas semanais no programa, o que inviabiliza um acompanhamento melhor, de boa qualidade para fiscalizar, dialogar e acompanhar o professor nos seus afazeres pedagógicos.

O presente estudo contribuiu para perceber a relevância das discussões pautadas em programas de formação continuada para professores, sendo que, o Pacto/Pnaic vem contribuindo com a formação continuada dos professores no município, possibilitando rodas de discussões de suas práticas pedagógicas, percebendo a criança como ser que necessita de condições acessíveis e favoráveis a uma aprendizagem de qualidade. O interesse dos professores, o acompanhamento pedagógico, o comprometimento do gestor com a educação, a parceria entre família e escola tem sido sem dúvida uma consolidação para o bom desempenho da educação básica no município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA & FARANGO. Vanessa F. Alessandra C. A importância do letramento nas séries iniciais. S.P- Centro Universitário (UNIFAFIBE), 2014.

ARANDA, Maria Alice de Miranda. et al Viédes e Lins. O pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC) como política educacional. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.4, n.2, maio/ago. 2018, p.40-53. ISSN: 2446-6220.

ARQUIVO MUNICIPAL. Relatório Anual do Plano do Nalfa. Gandu-Ba, 2017.

BRASIL. DECRETO Nº 8.025, DE 16 DE MARÇO DE 1881. Regulamento para a Escola Normal da Côrte.

_____. DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União-seção 1, nº 129,5 de julho de 2012.

_____. Ministério da Educação (Documento Orientador) – Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa-PNAIC.

_____. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.

_____. PORTARIA 153 de 22 de março de 2016. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. DOU de 23/03/2016 (nº 56, Seção 1, pág. 18).

_____. RESOLUÇÃO nº2, de Julho de 2015. Ministério da Educação Nacional de Educação Conselho Pleno.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.

GATTI, Bernardete Angelina. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília, setembro de 2009, 294p.

GERHARDT e SILVEIRA, Tatiana Engel; Denise Tolfo. Método da Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB. Porto Alegre, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Angela Maria Souza. Breve Reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto educacional Brasileiro, século XIX. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009 – UNIRIONE/NEPHEB.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração. UFG - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido. Saberes Pedagógicos e atividade docente. 4.ed – São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores – Saberes da Docência e Identidade do Professor. Nuances – vol.III - Setembro de 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ºed. Universidade Feevale. Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul – Brasil, 2013.

RODRIGUES, Anália Kristinna Dourado Venancio. Formação Continuada do Pnaic para uma Alfabetização de Sucesso. Relato de Experiência. Revista Fundamentos, V.2,n.1,2015.

SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. Formação Continuada de Professores: Percepções da Prática de Formação. Universidade do Estado do Pará. Revista Cocar v1.n.2 Jul/Dez.2007.

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 4. Ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. Universidade Estadual de São Paulo. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 n° 14.